

José Paulo Soares Martins

Diretor do Instituto Gerdau

“Precisamos aproximar cultura e educação. Não vejo, no Brasil, um programa estruturado entre academia e os principais centros e institutos para formar gestores na área.”

Entrevista realizada por Fabio Maleronka Ferron e Sergio Cohn no dia 24 de junho de 2010, em São Paulo.

José Paulo Soares Martins

Nos anos 90, quando o diretor do Instituto Gerdau, José Paulo Soares Martins, trabalhava na preparação dos festejos pelo primeiro centenário da companhia, ouviu do presidente: “Vamos transformar Porto Alegre em uma Barcelona da América Latina”. Se o pretensioso objetivo não foi cumprido, ao menos a capital gaúcha ganhou uma mobilização cultural forte com a montagem da Fundação Iberê Camargo, com a realização da Bienal de Artes Visuais do Mercosul e com o financiamento da música clássica.

O Instituto Gerdau, departamento de responsabilidade social e de cultura do conglomerado gaúcho, tem um histórico de inclusão ligado ao pioneiro João Gerdau que, no final do século 19, chegou ao Brasil trazendo influências da tradição germânica. “A arte sempre esteve presente na família e foi introduzida na empresa”, diz Martins. Por isso, a atuação da companhia em cultura extrapola a renúncia fiscal e passa pelo investimento de capital próprio. “Ficamos até um pouco fora da curva nesse debate sobre a Lei Rouanet.”

A relação entre a cultura e educação é o ponto a ser resolvido, segundo Martins, para uma maior inclusão dos brasileiros e a introdução de novos gestores na área. “A produção cultural de dez anos para cá cresceu muito. E isso não foi acompanhado pela capacidade de formar bons gestores. O meio é ver como é que a gente realmente contribui nesse processo. Temos parcerias com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, mas isso é uma gota d’água no universo da sociedade brasileira.”

Como associar a responsabilidade social à cultura?

Primeiro vou falar um pouco sobre o significado da cultura dentro da Gerdau. O tema responsabilidade social está introduzido, hoje, na maior parte das organizações. É uma tendência natural na sociedade, principalmente em um ambiente em que a comunicação está aberta e todas as pessoas ficam sabendo o que acontece. Dá-se importância às empresas que estão envolvidas com essas questões. Nossa organização nasceu em 1901 e possui bastante experiência nas áreas relacionadas aos seus negócios, e também na convivência com as comunidades. Desde o início, até por tradição da família que deu origem à empresa, que é a família Gerdau, a preocupação com o entorno do negócio sempre existiu. O pioneiro João Gerdau chegou ao Brasil em 1869 e se instalou em uma pequena cidade do interior do Rio Grande do Sul, chamada Agudo – na época, Colônia de Santo Ângelo – trazendo um pouco da tradição germânica e da igreja luterana. As primeiras iniciativas foram no sentido de apoiar a comunidade, para que ela tivesse um nível de organização importante. Casualmente tinham atividades culturais: formação de um coral e de uma

pequena orquestra que tocava músicas típicas alemãs. A trajetória da empresa conta com várias ações, não só de solidariedade, mas também de ações culturais como apoio ao Theatro São Pedro, em Porto Alegre; constituição da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre; da Orquestra de Câmara do Theatro São Pedro. Um pouco da contribuição para a comunidade também era a partir do gosto das pessoas que constituíam a direção, vinculadas à família Gerdau Johannpeter. A partir da década de 70, começou a gestão de Jorge Gerdau Johannpeter, que, por formação, era um grande apreciador das artes. Seu pai, Curt Gerdau Johannpeter, criou uma das primeiras galerias de arte no Rio Grande do Sul. Essa visão da responsabilidade social com o gosto familiar começou também a ser estruturada como algo mais estratégico dentro do trabalho que desenvolvíamos. O ponto principal dessa nova visão em relação à cultura e às artes foi em 1992, quando começamos a preparar a comemoração dos 100 anos da empresa, que seria em 2001. O Jorge Gerdau disse em uma das reuniões: “Talvez a maior contribuição que a gente possa dar a Porto Alegre, que é a cidade que nos originou, seja transformá-la em uma Barcelona da América Latina”. Para fazer isso, ele enumerava três grandes desafios. O primeiro era conseguir criar um pólo de investimentos na região Sul – porque tudo era muito focado no Sudeste. O segundo grande desafio, nas palavras dele, era que a gente não fazia nada sem ter um herói. A gente começou a ver qual seria o herói gaúcho nas artes, e aí se escolheu Iberê Camargo, quando ele ainda estava vivo. Trocávamos uma série de informações sobre como resgatar o trabalho que ele vinha fazendo e quando ele chegou a um estado terminal da doença, nos convidou para organizar a Fundação Iberê Camargo. A partir daí houve uma atividade de organização da fundação, do acervo, da avaliação do significado de uma sede, da construção dessa sede, e de uma programação cultural intensa. Volto a 1992, porque foi quando começaram dois debates: a tentativa de fazer um polo de investimentos e, depois, de criar um centro em que a arte começasse a se incorporar – daí a Bienal de Artes Visuais do Mercosul. Hoje, temos uma visão clara de que o nosso papel é auxiliar a organização do processo. A gente procura, em toda distribuição geográfica do Brasil – eu vou falar só de Brasil, porque no exterior é outra política em relação ao tema –, favorecer projetos culturais que sejam trazidos pela comunidade. No caso de alguns projetos, existe uma visão estratégica como país e outros são mais projetos focados na inclusão social por meio das artes. Há programas desde, por exemplo, a Orquestra Bachiana, com o maestro João Carlos Martins, que desenvolve um trabalho de inclusão social, até programas maiores como o da Fundação Iberê Camargo ou do Theatro São Pedro. Nossa grande preocupa-

ção, em todos esses casos, são os programas de educação pela cultura para a criança e para o adolescente. Por mais que a gente esteja hoje trabalhando na gestão de uma operação enorme, como a Bienal Mercosul, já na oitava edição, nosso principal objetivo é trabalhar o tema da educação, propiciando para que o maior número possível de jovens transite nesses espaços de exposição. Que possa, por meio das artes, acrescentar algo ao seu conhecimento. O Jorge Gerdau aposta nisso ao dizer: “Temos sete edições da Bienal. Então, são sete oportunidades para aquela criança, se ela ainda está na escola, ter contato com o programa educativo. Tenho certeza que esse jovem se sai melhor do que um que não fez nada disso”. Essa visão de ajudar na formação de crianças e de jovens por meio da cultura e da arte é fundamental. Temos uma visão clara sobre a nossa participação na cultura e praticamos isso. Não só pela utilização da renúncia fiscal, também alocamos capital próprio na cultura. Aliás, existe todo um debate sobre as mudanças na Lei Rouanet. Ficamos até um pouco fora da curva – e às vezes somos muito criticados –, porque achamos que as empresas não podem só se basear na renúncia fiscal de 100%. Elas precisam alocar capital próprio nos investimentos. Essa é a nova visão. Estamos à disposição do Ministério da Cultura para tentar ajudar em uma mudança de políticas públicas. Mas a grande preocupação hoje é ajudar o meio cultural como um todo, para que ele se organize. Nós, como sociedade civil das artes, não estamos organizados. Não queremos ensinar ninguém, não temos essa pretensão. Mas acredito que um pouco das experiências que as empresas tiveram na formação das suas associações, das suas confederações, pode ajudar nisso. Só seremos mais fortes, culturalmente falando, se a sociedade civil não ficar só na dependência do governo para que haja essa melhoria.

São todos os projetos culturais que pensam em longo prazo? Como é a participação de vocês no Grupo de Institutos Fundações e Empresas, o Gife?

Em todas as ações da Gerdau existe a visão de longo prazo. É um pouco a tradição do negócio da siderurgia também. Não se planeja em curto prazo. Sobre o Gife, nossa entrada é recente, faz três anos. Nunca sentimos a necessidade, na organização, de criar um instituto ou uma fundação. Nossa visão sempre foi de que a marca Gerdau deve ter todos os matizes: o do negócio, o social, o cultural, e assim por diante. Não preciso criar nenhuma marca a mais para dizer que sou diferente. A marca precisa conter todos esses arquétipos, pois eles são esperados pela sociedade. Mas acabamos criando um instituto, porque víamos com isso uma forma de trazer para o debate da cultura a família Gerdau Johannpeter, que é nossa acionista. O instituto é uma forma de

manter acesa aquela chama empreendedora do João Gerdau quanto à sociedade e à cultura. O instituto tem muito esse papel de agregar os membros da família nesse ideário, que são os valores da organização, no que diz respeito a investimento. O Gife, hoje, está aberto também a empresas, mas tinha uma preferência mais para os institutos. Agora, participamos do Gife, do conselho do Gife. Temos tido a oportunidade de contribuir nas discussões sobre o pensamento do investimento social no Brasil. Muitas organizações ainda estão muito mais voltadas para o marketing do que para a responsabilidade social. Quanto mais o Gife puder aquecer esse debate, mais poderemos crescer. Nossa participação é a de contribuir e de trocar práticas com outras organizações, como de tentar vender um pouco da nossa visão sobre cultura.

Como a Gerdau pensa em incentivar toda essa cadeia produtiva e essa malha de fornecedores e empreendedores que não investe ou tem acesso à cultura?

A responsabilidade social demanda relações éticas, de construção conjunta, visando ganhos mútuos. As áreas de fornecimento e de clientes estão envolvidas nesse tema, por exemplo. A siderurgia possui duas cadeias na área do fornecimento muito críticas. A cadeia da sucata metálica que, em uma visão bem simples, vai desde o lixão até os pequenos empresários que estocam ferro para vender às siderúrgicas. E a cadeia da mineração, que vai desde o problema da mata nativa e do carvão, até os fornos das siderúrgicas, que trabalham de forma integrada. São cadeias que possuem impactos sociais fortes. Nossa organização e algumas outras no setor têm desenvolvido programas focados na inclusão social dessas cadeias. A cadeia de carvão, por exemplo, é extremamente complicada dependendo da região. São cadeias que são agressivas ao meio ambiente, porque avançam em regiões de mata nativa. Tínhamos, inclusive, uma operadora no Norte que fechamos, porque constatamos que a maior parte da madeira que chegava vinha com certificado falso. Então, temos programas específicos e simples de formação de cidadania. Nesse debate com o Ministério da Cultura e com a Câmara dos Deputados para rediscutir uma nova lei de renúncia fiscal e de incentivo, também estamos propondo que se aumente o nível de vantagens para pequenas empresas e pessoas físicas ao fazer investimento na cultura. Outro ponto é a possibilidade de fazer isso por meio de cooperativas de pequenas empresas, o que significaria somar para poder ter um valor maior de investimento. A legislação, hoje, não favorece, por isso estamos primeiro atacando o tema da legislação para buscar aprimorar e fazer a inclusão. Mas não é

um problema só da Gerdau. Isso deve abranger todas as grandes empresas e suas cadeias de fornecimento.

E a questão tecnológica: cultura digital, internet, novas mídias? Como isso é visto pelo Instituto Gerdau?

A tecnologia vai mudar muito a sociedade nos próximos anos e, por consequência, vai mudar a questão da cultura e do uso dela. Na discussão da Fundação Iberê Camargo havia a dúvida se faríamos uma sede. A gente se perguntava: “Qual será o papel de um museu físico daqui a 50 anos?”. Terei uma capacidade tal de conexão, de forma que a pessoa talvez não tenha que ir fisicamente ao museu, e veja na web, ou no instrumento que for colocado à disposição dela. Não tenho todas as respostas da sua pergunta, só acho que vai mudar a nossa vida completamente, e que isso pode significar um ganho ou uma perda enorme, dependendo de como a sociedade conduza esses temas. Quem estuda mais, vê os problemas da privacidade, da falta de decisão própria em relação a conteúdos. Quer dizer, há uma série de coisas para abordar. Mas, sem dúvida, vai ser uma grande revolução.

Como pensar a formação de público? Qual é o resultado da formação nos projetos de vocês: o museu, a Fundação Iberê Camargo, a Bienal do Mercosul?

Na década de 70, eu me considerava um *hippie*, achava que ia mudar o mundo. Até levava jeito: magrinho, de cabelo comprido, andando de macacão para lá e para cá. Não fizemos grandes mudanças nesse período todo, acho até que atrapalhamos um pouco a vida do mundo. Quando falei sobre a expectativa que temos com os programas em relação à criança e ao adolescente, isso está focado na formação. Vamos conseguir promover mais acesso do jovem à arte na intensidade que uma sociedade como a nossa necessita? Nós estamos em uma posição de sentar no escritório, com ar-condicionado, e tomar decisões, mas a realidade do nosso país é dura. Às vezes, a gente coloca em segundo plano uma série de ações que deveriam estar efetivamente sendo trabalhadas. A própria gestão pública da educação e da cultura carrega décadas de sofrimento no que diz respeito a recursos e a políticas públicas. Na Gerdau, temos um grande programa de trabalho voluntário organizado e disseminado na organização. Há um conjunto de formas para a inclusão de jovens na arte. Se você analisar a Bienal de Artes Visuais do Mercosul, a Feira do Livro de Porto Alegre ou uma das apresentações das orquestras nas várias regiões em que a gente atua, sempre vai existir uma escola pública, uma creche ou mesmo um asilo assistindo e participando daquilo, acompanhado por um voluntário

nosso. Também existe um processo de interação deles sobre o significado das obras. É uma forma de mobilizar as pessoas todas para o tema, porque a arte sempre foi muito distante das pessoas em geral. Porto Alegre, por exemplo, que sempre teve uma efervescência cultural, mas nunca organizou um evento de porte como a Bienal de Artes Visuais, nos faz perceber claramente a mudança atual. Não precisamos mais falar que a Bienal vai acontecer. As pessoas já procuram e se envolvem.

Qual a sua opinião sobre a política de editais?

Quando o recurso é público o edital é fundamental. É, sem dúvida, a forma de democratizar o acesso. Quando o recurso é totalmente privado, o edital pode ser uma forma de viabilizar a participação de mais personagens do que os do interesse do gestor da organização. Como nós temos essa visão de trabalhar sempre com projetos de médio e longo prazo, dificilmente ampliamos muito o leque de entradas de programas, porque, senão, vamos abraçar o mundo e não conseguimos fazer nada. Temos uma linha bem estabelecida, de privilegiar as artes plásticas e a música clássica. Alguns parceiros são eleitos nesse sentido e a gente continuamente trabalha com eles – embora a crise econômica recente nos tenha feito sofrer muito com alguns deles.

Houve impacto em investimentos de vocês?

Impactou fortemente. Para nós, o edital, por exemplo, seria um problema, porque não poderíamos manter a continuidade dos trabalhos iniciados. Seria bom se eu pudesse chegar amanhã e dizer: “Não vou mais apoiar a Fundação Iberê Camargo ou a Bienal Mercosul. Vou partir para um edital e ver que outro grande empreendimento, no Brasil, vou poder apoiar, porque esses têm vida própria”. Mas acho que demora um pouco. Passa pela possibilidade de organizar fundos de *endowment* para essas organizações, passa por organizar um sistema de financiamento que tenha a participação de mais agentes financiadores, pessoas físicas e empresas. Contudo, se o recurso possui gestão pública não há saída, o edital precisa ser organizado, porque seu papel é de democratização de acesso de recursos para toda a sociedade. Também avalio que precisamos de uma política pública de inclusão de novos investidores – aposto muito nisso. É o caso da pessoa física. Por que é que o incentivo à cultura via renúncia fiscal via contribuição de pessoa física precisa dividir espaço com o Fundo de Assistência à Criança e Adolescência? Se houver espaço próprio para isso, tenho certeza que os bancos terão os cartões de cultura, como o Cartão Solidariedade do HSBC: “Toda vez que eu fizer uma despesa x, pode

botar R\$ 1 ou R\$ 2 no fundo de cultura”. Esse fundo vai atender a x entidades, que eu previamente selecionei, e isso ainda vai ser utilizado como renúncia fiscal no imposto de renda. Uma simples engenharia de contribuição pode revolucionar a questão de acesso a recurso para a produção cultural no país.

Existe muita atenção na produção cultural, mas, muitas vezes, a reflexão crítica sobre a arte fica de lado, não acha?

Sou um gestor interno de uma empresa de siderurgia. E a primeira Bienal Mercosul foi, para nós, quase um exercício paranoico. Quando a gente foi avaliar uma das instalações montada para a Bienal, parei em um canto, olhei aquilo e me emocionei. Falei para um amigo: “Se os meus acionistas imaginassem que a gente está financiando esse troço, estou na rua”. Porque há total ignorância sobre o significado do processo. Do ponto de vista de debate sobre a questão crítica, o que nós temos feito de forma concreta é que a Bienal em si organiza a exposição, o programa educativo e seminários para tentarmos criar um novo conceito sobre o tema. Ou, pelo menos, para rediscutir as questões relacionadas à arte. Grande parte da programação da Fundação Iberê Camargo também é de seminários, trazendo pessoas que possam ajudar na discussão. Mas a pessoa tem que se contaminar e, para isso, tem que estar exposta. Se essa forma de exposição vai ter um resultado melhor, não sei, mas é melhor estar contaminado do que não contaminado. Tem que ter um pensar a mais. Sentimos falta desse pensar. Que papel tem a Bienal de Artes Visuais do Mercosul? Ela é só para Porto Alegre? Como tratar o tema da arte latino-americana? Como ela vai crescer? O que será uma bienal nos próximos 50 anos? Tudo isso faz parte do nosso debate.

Sobre o modelo de uso da Lei Rouanet, você percebe um uso aberto, sem a negociação via balcão? Ou para a maioria das empresas isso não está estruturado?

Eu não diria que não está estruturado. Talvez esteja, mas em uma visão mais de marketing. Se eu tenho uma empresa que, pelo processo de condução, precisa fortalecer a imagem com uma comunidade próxima, eles sabem que a música é um instrumento fácil para entrar e favorecer sua imagem. Na hora de fazer o investimento, a decisão é privada. Se no final do período de recolhimentos de impostos há a possibilidade de usar renúncia fiscal, a empresa vai usar ou não. Esse é um dos cenários possíveis. A tendência é as empresas caminharem mais. É um processo em que a decisão sempre vai estar relacionada a uma estratégia sua. Na medida em que a sociedade se estrutura, as

empresas começam a ter um processo de gestão mais organizado. O investimento passa a estar associado a uma estratégia. Mas demora, não é simples.

Como pensar a formação de gestores e de produtores culturais?

Existe um grande problema de formação de gestores em várias áreas no país, não é só na questão cultural. A formulação da estratégia em uma empresa, como neste cenário que descrevi, pressupõe pessoas com outro nível de amadurecimento. Não só o oportunismo visando o atendimento de um marketing de curto prazo. O problema da formação dessas lideranças abrange a sociedade como um todo. O país possui essa dificuldade de formação de lideranças, até porque ele cresceu muito, e ninguém cresce sem ônus. Todas as grandes organizações brasileiras estão extremamente preocupadas com a formação das suas lideranças e em como fazer um processo de sucessão inteligente de lideranças. No meio cultural é a mesma coisa. Em dados do Ministério da Cultura, a produção cultural de dez anos para cá cresceu muito. E isso não foi acompanhado pela capacidade de formar bons gestores. O meio é ver como a gente realmente contribui nesse processo. A gente tem experiências de parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a Universidade do Vale do Rio dos Sinos, duas universidades grandes que têm esse tema dentro de suas disciplinas, com estágios dentro das fundações. Mas isso é uma gota d'água no universo maior da sociedade brasileira. A solução é as empresas abrirem mais a possibilidade de trazer esses profissionais para dentro dos seus quadros.

Porto Alegre foi uma cidade que teve uma experiência internacional fortíssima com o Fórum Social Mundial, com a Bienal do Mercosul e com todo esse processo de integração cultural com os países vizinhos. Em que estágio estamos?

Se eu pensar em dez estágios de integração para Porto Alegre, nós devemos estar no segundo. Há muito caminho pela frente. Até um ano atrás, não tínhamos uma associação dos produtores culturais do Rio Grande do Sul. Havia todo um problema de dificuldade de entendimento, com opiniões divergentes sobre a condução da lei de renúncia fiscal estadual. Ninguém se entendia. Ficamos discutindo por um ano e meio e não chegamos à conclusão nenhuma. Até fiz uma brincadeira: “O estado disponibilizou para renúncia fiscal com ICMS a quantia de R\$ 25 milhões para o ano de 2007. Terminou o ano e nós não conseguimos usar nem R\$ 1 milhão. Isso é uma vergonha”. Isso acontece porque a gente não se organiza. Há toda a parte de organização da sociedade civil, que os produtores culturais formem uma associação, que façam um

bloco das principais reivindicações. O pessoal de cinema, do teatro, a mesma coisa. É um processo fundamental, porque, se a sociedade civil relacionada ao tema não se organiza, a gestão fica nas mãos de oportunistas políticos ou de gente com visões erradas. Eu diria que a nossa nota é dois, porque mesmo tendo um avanço importante em alguns temas, temos ainda um caminho muito grande a seguir. É uma cidade jovem, mas que se estruturou melhor nos últimos dez anos. Estou tranquilo com o Rio Grande do Sul e com Porto Alegre. Vamos conseguir avançar nesses temas, não só nas ações que a gente está conduzindo. Há outras empresas que atuam fortemente e temos conseguido crescer bastante.

A cultura brasileira tem conquistado um espaço cada vez maior no mundo. Há mais atenção e mais mercado, inclusive. A Gerdau trabalha nesses outros países a cultura brasileira também? Há diálogos?

Não. Por enquanto estamos fortalecendo as culturas locais e com cautela. Quando a gente fez a pizza dos investimentos da empresa, mais de 80% estava no Brasil. A gente tem conversado um pouco sobre isso, porque um cidadão do Peru ou do Chile deve se perguntar: “Por que esses caras investem mais no Brasil do que aqui?”. Entendemos que a sociedade brasileira nos ajudou a crescer, então é para ela que a gente tem que dar a maior parte dos valores. Outro ponto é que algumas de nossas unidades ficam em lugares muito pobres e pequenos. Temos uma unidade em Chimbote, uma cidade no interior do Peru, e, lá, eles têm as danças típicas. Desenvolvemos um programa de musicalidade local, mas é uma comunidade muito pobre, não dá para levar a cultura brasileira para lá. Vamos prestigiar o que eles fazem nesse momento, tentar fortalecer o que eles têm. Hoje, a nossa política é de fortalecer mais o investimento no Brasil e apoiar as culturas locais, sem fazer muito intercâmbio, porque precisa ter muito fôlego para isso. Posso até gerar um problema lá, pois eles vão pensar que em vez de estar investindo na cultura deles, nós estamos querendo impor nossa cultura lá.

Como você vê o Vale-Cultura e a discussão do acesso público?

Temos uma política de apoiar todo programa que usa renúncia fiscal e de não cobrar ingresso. É uma discussão terrível. Na Fundação Iberê Camargo e na Bienal Mercosul, em que a gente tem um duplo papel – na gestão e também como investidor – há gratuidade absoluta para tudo. Em outros programas isso não se consegue. Na Feira do Livro, conseguimos isso plenamente. No teatro, isso já é mais complicado. Quanto ao Vale-Cultura, acredito que ele seja

importante em um papel provisório de inclusão, mas é preciso cuidado para não criar o ônus de uma dependência absoluta. O processo ainda está na fase de debates um pouco por essa preocupação.

Se o país mantiver o crescimento atual, em uma década podemos ter problemas diferentes: imigrantes de países vizinhos, outra política de integração, talvez até com o Pacífico, além de outro movimento cultural. Como lidar com isso?

Não sei. Provavelmente, antes disso a gente tenha que ter um choque de modelo no mundo. Não é a conversa de aquecimento global só. No fundo, a gente tende a ter uma crise de insumos no mundo e isso vai exigir nos repensarmos. O Brasil está em uma posição privilegiada, vai continuar crescendo e precisará encarar novas pessoas participando. Do ponto de vista do negócio da Gerdau, isso é maravilhoso, porque quanto mais crescer a população e a necessidade de infraestrutura, mais aço a Gerdau vai vender. Do ponto de vista da cultura, é uma excelente oportunidade para novas integrações, por essa capacidade que o brasileiro tem de cativar e de usar a cultura. Para a infraestrutura pode ser um gargalo, porque a gente vai ter que aceitar e crescer. Crescer não é ruim. O problema é como crescer. Vamos abrir mão de áreas hoje sagradas, de proteção ambiental, e usar os novos recursos que o Brasil tem em excesso – como água, minerais – ou não vamos usar? A estratégia do país, em um longo prazo, ainda está aberta para alguns temas.

Por último, gostaria de perguntar sua opinião sobre o papel da universidade em relação à cultura.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul mantém um instituto de artes. Estudei lá por oito anos e nunca ouvi falar no instituto. Então, a própria universidade não busca integração dos alunos e dos educadores para introduzir a arte na formação. Nem como parte não formal dos cursos trabalhados na universidade. Há o problema de não entender que cultura é algo que deve fazer parte da educação de qualquer um: do engenheiro, do químico, do físico. Isso não acontece e nem sei se tem algum programa estruturado de educação para as artes sendo colocado em disciplinas mais técnicas ou exatas. Sobre a formação de profissionais, às vezes o pessoal diz: “Mas a pessoa sai mal preparada da faculdade”. De uma forma geral, todos saímos um pouco mal preparados. A gente sai da universidade com a expectativa da juventude, do aprendizado, mas isso é diferente da realidade. Programas de integração são fundamentais, não só no caso da cultura, mas em outras áreas. Começamos

uma experiência de integração de pessoas que estão nos cursos de gestão, para que trabalhem em gestão tanto na Iberê Camargo quanto na Bienal de Artes Visuais. Isso tem ajudado, mas é só um começo. Não vejo, hoje, no Brasil, um programa estruturado de trocas entre a academia e os principais centros, organizações, fundações, institutos, com o objetivo de formar gestores na área. Tanto que se pegarmos nossos especialistas, a maioria teve passagens no exterior, não ficaram restritos ao Brasil.

Para assistir essa entrevista em vídeo:

<http://www.producaocultural.org.br/slider/jose-paulo-soares-martins/>